



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

Requer informações ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, acerca dos recursos da União repassados ao Município de Jaboatão, nos últimos 10 (dez) anos, destinados à realização de obras públicas de infraestrutura, obras de contenção de encostas, assim como para prevenir os prejuízos e assistir os desabrigados e enlutados, no Município de Jaboatão dos Guararapes/PE.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, o presente Requerimento de Informação, cuja finalidade é obter esclarecimentos acerca dos recursos da União repassados ao Município de Jaboatão, nos últimos 10 (dez) anos, destinados à realização de obras públicas de infraestrutura, obras de contenção de encostas, assim como para prevenir os prejuízos e assistir os desabrigados e enlutados, no Município de Jaboatão dos Guararapes/PE.

O Tribunal de Contas da União verificou, por meio de auditoria constante nos autos do Processo: TC 022.455/2022-1, que o projeto está paralisado e com baixa execução física desde 2018; que foi constatada redução das metas pactuadas, atraso nas obras e baixa execução física do

LexEdit
* c d 2 3 2 8 4 4 2 2 5 0 0





objeto, com potencial comprometimento dos resultados almejados e; a redução das metas impactou aproximadamente mil famílias, pois as obras, que contemplariam 73 setores de risco no município (cerca de 1.612 famílias), passaram a prever atendimento de apenas 26 setores (aproximadamente 617 famílias).

Diante disso, questiona-se:

1. Qual foi o montante de recursos repassado pela União ao município de Jaboatão dos Guararapes/PE, de janeiro de 2013 até a presente data, para fins das obras de contenção das chuvas, assim como para prevenir os prejuízos e assistir os desabrigados?
2. Em 2022, o desastre decorrente das chuvas no município de Jaboatão dos Guararapes deixou saldo de mais de 130 mortes e milhares de pessoas desabrigadas. Quanto desses recursos foram canalizados para as famílias enlutadas e desabrigadas?
3. Qual a diferença de valores entre a previsão inicial de investimentos e a previsão atual?
4. Quais os motivos que justificam as irregularidades apontadas na execução do Termo de Compromisso 0402.318-30/2012?
5. Qual a destinação dada aos recursos, que foram repassados no referido período?
6. Qual a forma de execução prevista, com os recursos atuais disponíveis, para atender a necessidade de reforma da infraestrutura municipal, com a finalidade de evitar novos desastres?





Por fim, requer-se a listagem com a indicação de cada uma das obras beneficiadas com recursos da União e os respectivos repasses, organizados em ordem de data, com os devidos valores discriminados.

JUSTIFICATIVA

Há muitos anos, a população do município de Jaboatão vem sofrendo com as inundações decorrentes das enchentes. A falta de estrutura para a contenção das chuvas, deixa rastros de destruição e mortes. Essas são as consequências das inundações e deslizamentos na cidade, mesmo depois de tanto tempo e milhares de recursos destinados.

Em auditoria de avaliação do atual estágio de execução das obras de contenção de encostas, objeto do Termo de Compromisso 0402.318-30/2012 (Siafi 673801), o TCU apontou:

“As principais ocorrências detectadas foram a redução das metas pactuadas, o atraso nas obras, a baixa execução física do objeto, com potencial comprometimento dos resultados almejados, bem como o risco de insuficiência de recursos orçamentários para atendimento ao novo cronograma das obras aprovado pelo concedente.

Quanto à redução das metas, apurou-se que inicialmente o projeto contemplaria obras de contenção e estabilização de encostas para atender a 73 setores de risco no município de Jaboatão dos Guararapes (cerca de 1.612 famílias), tendo esse número sido reduzido para 26 setores





(aproximadamente 617 famílias) , situação que permanece até hoje.

No tocante à execução física das obras, quanto a primeira licitação tenha ocorrido em 2013, o empreendimento só começou a ser implementado em janeiro de 2015, com apenas 25,91% executados até a paralisação das obras em outubro/2018, quando os contratos então vigentes foram objeto de distrato. Ato contínuo, houve, em 2018, por parte da nova administração municipal, solicitação de reprogramação das etapas remanescentes, com pleito de atualização dos projetos e dos orçamentos para a finalização das obras, o que foi aprovado pela Sedec.

Atualmente, o projeto de retomada das obras se encontra com as licitações concluídas em 23/12/2022 e com as empresas em vias de serem contratadas, muito embora não haja previsão orçamentária suficiente para a conclusão das obras”.

A negligência da gestão municipal é gravíssima. Como apontado, tem resultado em muitas mortes, assolando diversas famílias. Faz-se necessária a fiscalização efetiva do parlamento brasileiro, quanto à destinação desses recursos públicos. Diante do exposto, submeto o presente requerimento a fim de que sejam elucidados os questionamentos colocados.

Atenciosamente,

Deputada Clarissa Tércio

